

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.577 - SP (2020/0020503-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE  
BARRA FUNDA DIPO 4 - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ROLÂNDIA -  
PR  
**INTERES.** : JUSTIÇA PÚBLICA  
**INTERES.** : EM APURAÇÃO

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA – DIPO 4 – SÃO PAULO (SP) em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ROLÂNDIA (PR).

Consta dos autos ter sido instaurado inquérito para a apuração do delito de estelionato consubstanciado em transferência bancária decorrente de golpe na contratação de empréstimo.

O Juízo suscitado declarou-se incompetente por concluir que o estelionato havia se consumado no lugar em que estava situada a agência da conta bancária do beneficiário do valor indevidamente recebido (São Paulo/SP).

O Juízo suscitante, por sua vez, declarou-se igualmente incompetente e suscitou o presente conflito de competência por entender que a consumação do crime de estelionato teria ocorrido no lugar em que estava situada a agência da conta bancária da vítima (Rolândia/PR).

O Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo suscitado (e-STJ fls. 51/54).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Cuida-se de incidente instaurado entre juízes vinculados a tribunais diversos, razão pela qual, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço

do conflito.

A competência no processo penal, em regra, é estabelecida *ratione loci*, ou seja, em razão do local em que se consuma a infração penal ou, no caso de tentativa, onde se realizar o último ato de execução, nos termos do disposto no art. 70 do Código de Processo Penal.

Assim, a definição do juízo competente para processar e julgar a prática do crime de estelionato reclama que se defina o local em que se dá a consumação da referida modalidade criminosa.

Conforme orientação jurisprudencial desta Corte, o crime de estelionato praticado mediante fraude se consuma no local do efetivo prejuízo da vítima, ou seja, onde o dinheiro saiu da esfera de disponibilidade dela. Dessa forma, efetuado o pagamento indevido por transferência, competente é o juízo do local da agência bancária onde a vítima mantém sua conta, no caso, o da cidade de Rolândia (PR).

A propósito:

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS ESTADUAIS. ESTELIONATO. INQUÉRITO POLICIAL. GOLPE REALIZADO MEDIANTE ANÚNCIO DE MERCADORIA NA INTERNET. PAGAMENTO PELA MERCADORIA NÃO ENTREGUE. TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA ENTRE CONTAS CORRENTES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL ONDE A VÍTIMA MANTÉM CONTA BANCÁRIA.*

*1. O presente conflito de competência deve ser conhecido, por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea d da Constituição Federal - CF.*

*2. O núcleo da controvérsia consiste em definir a competência para prestar jurisdição na hipótese de estelionato cuja obtenção da vantagem ilícita foi concretizada via transferência bancária entre contas correntes feita pela vítima em favor do agente do delito.*

*3. Nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal - CPP, "a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução".*

*4. No caso de transferências bancárias (TEDs), a competência para a apuração do delito é do Juízo do local da agência bancária da vítima, porque a consumação ocorre quando o numerário é retirado do banco sacado para a transferência. Precedente da Terceira Seção: CC 158.703/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 27/8/2018.*

5. Na hipótese, há documento emitido pela instituição financeira comprovando a transferência bancária da conta corrente da vítima para conta corrente do autor do delito, no qual se identifica os dados da conta debitada de agência bancária situada em Manaus/AM.

6. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Manaus - AM, o suscitado, considerando o local onde se situa a agência bancária da vítima bem como, que o estelionato se concretizou mediante transferência bancária. (CC 166.009/SP, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJe de 09/09/2019.)

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE ESTELIONATO. CONSUMAÇÃO. JUÍZO EM QUE OCORRE O EFETIVO PREJUÍZO À VÍTIMA. LOCAL DA AGÊNCIA ONDE A VÍTIMA POSSUI CONTA BANCÁRIA. PRECEDENTES.*

1. Nos termos do que dispõe o art. 70 do CPP, a competência é, em regra, determinada pelo lugar em que se consuma a infração penal ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

2. O delito de estelionato consuma-se no local em que ocorre o efetivo prejuízo à vítima, ou seja, na localidade da agência onde a vítima possuía a conta bancária. Precedentes.

3. Tendo a vítima efetuado as transferências em agência localizada na cidade de Pacaembu/SP, onde possuía conta bancária, é este o local do efetivo dano e para onde devem ser remetidos os autos para regular processamento e prosseguimento do feito.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Pacaembu/SP, ora suscitado. (CC 147.811/CE, relator Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016.)

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. LOCAL EM QUE SITUADA AGÊNCIA DA VÍTIMA. CONFIGURAÇÃO DO PREJUÍZO E FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES.*

A agência da vítima é fator determinante para fixação de competência em se tratando de crime de estelionato, sendo este o lugar da consumação do delito, em virtude do momento do prejuízo.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no CC 145.119/PR, relator Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 17/08/2016.)

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas, entre várias outras: CC n. 167.398/SP, relatora Ministra LAURITA VAZ, DJe de 27/9/2019; CC n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

168.156/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, DJe de 26/9/2019, CC n. 165.170/CE, relator Ministro NEFI CORDEIRO, DJe de 25/09/2019; e CC n. 167.615/MG, relator Ministro JORGE MUSSI, DJe de 23/8/2019.

Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo suscitado.**

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator